



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO - MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - São Paulo; No Nordeste escreva para CAIXA POSTAL Nº 221 - Fortaleza - Ceará - CEP 60001-970  
ANO V - nº 68 - 2ª quinzena de abril de 1994 - CR\$ 300,00 - Solidário CR\$ 500,00

**Fora com os  
partidos burgueses  
e que o PT rompa  
com a burguesia  
Defendamos um  
programa  
revolucionário**

**Encontro Nacional  
da Frente  
Revolucionária**

**Surge uma  
tendência  
revolucionária nas  
Forças Armadas da  
Bolívia**

**Fora o imperialismo  
da Coréia do Norte e  
da Bósnia**

**A fraude das  
eleições  
constituintes na  
Argentina**

**Não nos caemos frente ao Plano  
Antipopular e antinacional de Fernando  
Henrique Cardoso e Itamar. Organizemos o  
movimento grevista.**

O governo e os patrões saqueiam os salários com o novo plano para implantar a farsa da inflação zero. O custo de vida está em 50% ao mês. As massas estão pagando caro os preparativos da nova moeda Real. A queda da inflação prometida com o Real será paga com a expropriação salarial e a miséria das massas. Não devemos nos iludir. Com inflação alta ou baixa os capitalistas continuam a esmagar os oprimidos. Nossa atitude frente ao Plano antipopular e antinacional deve ser a luta sem trégua. Organize-mos a unidade nacional dos trabalhadores contra o governo Itamar, a burguesia interna e o imperialismo. Exijamos da CUT e sindicatos a campanha nacional de luta pela derrubada do Plano reacionário e em defesa da vida dos trabalhadores. Rejeitemos o eleitoralismo. Não aceitemos que a campanha eleitoral obscureça a miséria, os efeitos catastróficos do Plano e imobilize as forças operárias e populares. Organizemos o movimento grevista numa só força contra a ofensiva de desemprego e miséria.



# Plano saqueador

O mecanismo da URV vem se mostrando favorável aos capitalistas. As mercadorias são fixadas em URV pela indústria, que tem seu valor corrigido diariamente e nos supermercados em cruzeiros, mas reajustados de 30 a 100% acima da inflação. Os salários sofreram perdas com a conversão pela média e expurgo do mês de fevereiro. O salário mínimo foi fixado no patamar mais baixo de sua existência: 64,9 URV.

Agora, são fixados em URV, mas pagos em cruzeiros. Os trabalhadores ou gastam tudo de uma vez, ou perdem diariamente cerca de 2%, pois a inflação saltou para mais de 40% ao mês. Como não é possível dispor de todo salário num dia, os salários são saqueados. Somente a classe média alta pode se proteger aplicando em poupança ou fundos. Mas a maioria empobrecida não tem como fugir da expropriação.

## Saquear os salários para introduzir inflação zero

Os capitalistas têm

exigido do governo que não converta imediatamente o cruzeiro em Real. O objetivo é o de elevar os preços, criar a inflação em URV e manter os salários bem baixos. Trata-se de uma desvalorização extraordinária do valor da força de trabalho (mão de obra). Quando se implantar a nova moeda Real, vinculada ao dólar, espera-se derrubar a inflação perto de zero. Este artifício passa por um arrocho brutal, que ampliará barbaramente a fome.

A burguesia confia que iludirá os trabalhadores com a redução drástica da inflação. Isto poderá acontecer no primeiro momento, mas logo as massas verão que a inflação é apenas um mecanismo de proteção dos capitalistas na situação de crise. A fonte da miséria está na exploração do trabalho pelos donos das fábricas, terras, bancos etc.

## Responder com luta

Os trabalhadores não podem confiar no conto da inflação zero e da estabilização econômica. Com ou sem inflação a burguesia esmaga os salários, para lucrar mais. Esta é uma lei de fundamento do capitalismo. Nossa saída é outra. Lutar fundo pela reposição de todas as perdas, pelo salário mínimo de 500 dólares e implantação da escala móvel de reajuste automático. Pela medida da URV, somente na data base, que é anual, os trabalhadores poderão reivindicar reposição.

Assim o governo pretende conge-

lar por 1 ano as lutas salariais. O congresso aprovou a Medida Provisória, sob o pretexto da farsa de que as perdas serão compensadas e de que o governo tem 30 dias para enviar um projeto de elevação do salário mínimo para 100 dólares. Provavelmente, excluindo os funcionários públicos e aposentados.

## Organizar a campanha nacional de luta e a greve geral por tempo indeterminado

No período eleitoral que se inicia, os partidos burgueses, a burocracia sindical e o reformismo procurarão desviar a atenção dos trabalhadores. O eleitoralismo é um anestesiante para as lutas. Devemos rechaçar este desvio e fazer da Campanha Nacional de Luta a bandeira central do movimento operário e camponês.

Defendemos junto aos Sindicatos, CUT e Assembléias Populares a organização da greve geral para defender o salário, emprego, saúde, educação, moradia e terra aos camponeses pobres. A greve, ocupações e manifestações são nossos instrumentos principais de luta, que não podem ser substituídos pelo voto e pelas promessas de solução pelo novo parlamento e governo. Esta é a via para breçar o saque dos salários e pôr abaixo o Plano neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

## Betinho e o dinheiro sujo

As investigações, prisões e apreensões de livros de contabilidade do jogo revelaram o que todos sabíamos: o envolvimento de parlamentares, prefeitos, governadores, delegados, soldados e juizes. A surpresa foi o recebimento por Betinho, líder da campanha contra a fome, de 40 mil dólares dos bicheiros.

Logo se explicou que se tratava de uma doação para a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids. O dinheiro foi intermediado pelo governador do Rio (PDT), Nilo Batista, que recebeu 58 mil dólares e só repassou 40 mil.

A ofensiva da justiça sobre os bicheiros se deve à tremenda pressão dos Estados Unidos, pois esta máfia do jogo está ligada ao narcotráfico. Uma pequeníssima parte do dinheiro sujo foi limpo caridosamente pela Associação presidi-

da por Betinho. Uma outra fatia tem servido para comprar políticos e autoridades. O escândalo envolvendo o bom samaritano Betinho manchou a campanha demagógica contra a fome, que precedeu o Natal.

Provavelmente, os bicheiros também devem ter contribuído com cestas de alimentos para amenizar o vazio dos estômagos de alguns milhares (são milhões os famintos) por algumas horas. A imprensa, amigos e reformistas procuraram desvincular Betinho do restante que come nas mãos dos narco-bicheiros, mostrando que não houve fins políticos e nem pessoais. Isto é falso. Betinho vem se projetando politicamente com sua campanha assistencialista contra a fome, de forma a amortecer a revolta dos famintos contra os exploradores.





# As divisões e alianças interburguesas

O lançamento da candidatura de Fernando H. Cardoso comparece como salvação para a fração majoritária da burguesia, composta pelo grande capital. A intenção de voto em Lula de cerca de 30% alertou os capitalistas, principalmente diante da ausência de um candidato com tal índice de aceitação. Os velhos políticos burgueses apareceram em declínio. Logo se lembrou que Collor foi eleito por um triz. Ou seja, foi um verdadeiro aborto político, parido por um partido artificial (PRN) e por uma incrível quantidade de dinheiro.

Este fenômeno revelou o total afastamento dos grandes partidos patronais das massas exploradas. O que constitui um perigo para o Estado e a pseudodemocracia. O domínio eleitoral sobre as massas é uma das formas da burguesia sustentar o regime político. Por detrás dele, estão as forças armadas. O que assombra os capitalistas não é o PT, que já deu provas de submissão ideológica e política. O perigo está na derrocada dos partidos genuinamente capitalistas. Estão profundamente divididos, regionalizados e corrompidos. Melancolicamente, reclama-se que desapareceram os "estadistas".

A burguesia se encontra carente de chefes e partidos que arrastem as massas e dirijam o Estado com mãos de aço. O Congresso e o governo central vivem em choque, resolvido pela corrupção e ameaças totalitárias do Presidente. As medidas anticonstitucionais e ilegais dos Planos, volta e meia, provocam rachaduras entre os poderes, incluindo o judiciário. Os escândalos diários de corrupção afetam a convivência de interesses partidários. Finalmente, num país de miseráveis, vítimas da pobreza crônica agravada pelos Planos antipopulares, os parlamentares se constituem numa casta, ganhando fabulosos salários. Trata-se de uma crise política sem precedentes. Reflete a bancarrota da burguesia nacional, já assinada na crise de 1963/64.

O Fernando H. Cardoso surge como caricatura de um "estadista" a ser criado, quando a política burguesa e a estabilidade do Estado está na dependência do PT, que controla boa parte dos sindicatos, CUT, movimento popular e dos sem-terra. Esta situação tem provocado um alvoroço nos partidos burgueses. Os chamados inimigos figadais estão obrigados a se unirem, como o PSDB/PFL. O "maior partido do ocidente", o PMDB, se rachou de cima a baixo. O PPR de Maluf se mostra insignificante, como o PP e PTB. Terão de comporem com o PSDB.

As pressões crescem em torno da formação de uma frente ampla burguesa para enfrentar Lula. Tais partidos estão obrigados a negociar os interesses regionais (governos estaduais), para enfrentarem o PT. O PDT é disputado pelo PT e PMDB quercista. Enquanto uma parte pende para o PT, fazendo alianças estaduais, outra liderada por Brizola negocia com o quercismo. O mesmo problema ocorre com o próprio PSDB e PMDB. Em alguns estados, as lideranças peemedebistas compõem com o PSDB. O descontentamento no interior do PSDB diante da aliança com o PFL vem empurrando uma parcela para composições com o PT.

Esta flexibilidade das alianças da direita para o centro burgueses e deste para a esquerda pequeno burguesa reformista é sintoma de apodrecimento dos partidos e de crise do regime político. Ressalta neste quadro o papel do reformismo de controle das massas, fundamental para a preservação do capitalismo em desintegração.

### O PT e as alianças

Lula deixou claro: o PT deve ganhar logo no primeiro turno. Para isso, deve fazer alianças com Deus e o Diabo. O candidato petista não admite discriminação dos partidos burgueses nos estados em que os acordos sejam possíveis. É o caso de alguns estados do nordeste, em que a militância resiste a tais alianças. Isto foi motivo de pressões e ameaças de intervenção nos diretórios resistentes.

O PT chegou a sondar a possibilidade de Hélio Garcia, governador de Minas (PTB), vir a ser o vice de Lula. Este homem é conhecido por seu reacionarismo. Também foi indicado por Itamar para ser vice de Fernando H. Cardoso. Agora, Lula convida o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, do PDT, a despeito do não de Bizola. No Mato Grosso, já fechou acordo com Dante de Oliveira e está próximo de efetivar no Maranhão.

Para termos idéia de como o PT está penetrado da política burguesa e da convivência com os exploradores, basta o exemplo do diretório regional do Ceará, que já estava com um acordo praticamente pronto de apoio a Jereissat do PSDB e principal articulador da aliança com o PFL. A executiva nacional do PT só vetou o apoio devido a disputa Lula/Fernando H. Devemos lembrar que o maior adversário eleitoral do PT e responsável pela formação de uma frente ampla com a oligarquia reacionária (PFL/PPR etc), o

PSDB, foi insistentemente exortado pelo PT a compor uma aliança invencível.

A linha política do reformismo é de constituir a frente popular, uma frente de conciliação de classe com os partidos burgueses. O PSDB tem sido sistematicamente caracterizado como "progressista", quando é um partido pró-imperialista. Está aí o Plano antinacional de Fernando H. Cardoso, um político outrora nacionalista. O reformismo se mostra assim impotente em traçar uma linha própria e funciona como linha auxiliar da burguesia, ainda que possa momentaneamente estar em choque com algumas de suas frações.

A farsa de que a eleição de Lula inaugurará um governo dos trabalhadores deve ser desmascarada perante as massas. Um governo de frente popular (governo democrático e popular) é um governo burguês. Está a serviço da exploração do trabalho.

### A Igreja e as Eleições

Um grupo de padres e "leigos" elaborou um documento para orientar os católicos a votar em 3 de outubro. Trata-se de uma intervenção política da Igreja para influenciar os resultados eleitorais. A Igreja é parte do Estado e instrumento de sua sustentação. Por isso, sempre atua defendendo determinados interesses no interior do capitalismo. É o que mais uma vez mostra o documento "Eleições 94 - O Voto Responsável".

Como não poderia deixar de ser, a CNBB se dividiu quanto ao seu teor. Os bispos direitistas logo taxaram ser um documento petista, embora tenham participado na sua feitura representantes do PSDB.

Nacional





Assim, os agentes espirituais se chocam quanto às preferências políticas terrestres, que têm por detrás a visão reformista de uma ala e a abertamente reacionária de outra, defensora dos latifúndios etc. Sob pressão, os patrocinadores do documento passaram a considerá-lo não oficial.

Porém há um acordo entre as duas alas quanto à necessidade de arrastar as massas para as eleições. A Igreja atua contra a tendência crescente à abstenção, votos nulos e brancos. Ela é avalista ora de golpes militares, ora da democracia burguesa. Sua conduta se modifica, como se modifica o poder das forças internas, de acordo com as mudanças na correlação de forças na luta de classes. Foi assim que uma ala apoiou e pressionou o nacionalismo de Jango e, logo depois, a outra ala se alinhou ao golpe militar de 64. Estamos vivendo uma situação semelhante neste momento.

A chamada ala progressista tem sido responsável em grande medida pela ascensão eleitoral do PT, bem como pela elaboração do conteúdo reformista comedido do programa. Quando não se opõe, juntamente com a ala direita, a pontos como direito ao aborto e fim da opressão social sobre os homossexuais. O ponto de divergência na CNBB

refere-se à crítica ao neoliberalismo e à defesa da chamada democracia popular, típica do reformismo petista.

Nem de longe tal "democracia popular" significa romper com a exploração capitalista. O próprio texto faz a defesa da colaboração entre escravos e escravizadores. Diz: "A proposta democrática popular (...) atribui ao Estado a tarefa de promover, em parceria com a sociedade e o capital privado, a retomada do desenvolvimento, mediante um processo de aumento e redistribuição de renda e de riqueza, e a priorização da educação do povo e a produção de bens voltados ao atendimento das necessidades básicas da população".

Convencinhou-se chamar de progressista esta posição em relação ao neoliberalismo, que promove recessão, desemprego e concentração de riquezas. O problema é que este reformismo é ilusório nas condições de desagregação mundial do capitalismo, que recai com um tremendo impacto sobre os países semicoloniais, como o Brasil. O que acaba restando deste postulado distributivista e desconcentracionalista de riquezas é o aumento da produtividade, como propõe o texto dos padres.

O fato é que o reformismo clérico-petista se contrapõe às transformações necessárias da economia e da política. Ou seja, a expropriação revolucionária da propriedade privada dos meios de produção e a destruição da ditadura de classe da burguesia (o Estado burguês). Frente à crise devastadora do capitalismo, em que se impõe medidas neoliberais ditadas pelo imperialismo, e a miséria crescente dos oprimidos, os "progressistas" propõem um Estado que promova o desenvolvimento e a distribuição "em parceria com o capital privado".

Os redatores do documento têm consciência de que, no capitalismo, o

desenvolvimento ocorre sobre a base do aumento da exploração do trabalho e que o Estado sempre funciona como instrumento dos opressores. Essa conversa de parceria serve para enganar os operários, camponeses, empregados etc que acreditam na Igreja. Estes progressistas defensores do capital humanizado, ao chegarem ao poder acabarão cumprindo o programa neoliberal.

Mas, como dissemos, o desacordo entre os neoliberais e reformistas da Igreja não é suficiente para uma ruptura, pois ambos têm por princípio a defesa do capitalismo. E se põem de acordo quanto a pressionar os trabalhadores a não expressarem seu descontentamento votando nulo ou se abstendo de votar. A Igreja de conjunto fará uma grande campanha para que se vote. Dependendo da linha do padre, se conclamará o voto no PT ou PSDB.

Diz o documento que a resistência em se votar é uma séria ameaça. Isto porque favorece os parlamentares corruptos. E porque o parlamento é muito importante para fazer leis. Os progressistas estão manipulando com tais idéias. A corrupção não é um problema de alguns parlamentares. É própria do Estado burguês. Os trabalhadores mais revoltados e menos domesticados não querem votar para não mais serem enganados. Por sua vez, o parlamento faz leis, mas sempre a favor dos capitalistas. Quem manda no Estado e nos partidos é o poder econômico.

Os progressistas estão preocupados com duas coisas: 1) uma camada da população está exausta com tanta mentira da política burguesa. 2) se Lula ganhar terá de governar, tendo no Congresso uma minoria parlamentar. Desta forma, a defesa unitária da Igreja para que os explorados votem joga a favor dos interesses capitalistas.

## Fora com os partidos burgueses e que o PT rompa com a burguesia

Uma vasta camada dos exploradores já repudia a candidatura de Fernando H. Cardoso e a frente capitalista que o apóia. Por experiência própria, viram que os partidos patronais escondem seu caráter de classe capitalista para continuar iludindo os trabalhadores. Depois dos eleições lançam Planos violentos contra a vida da maioria da população. No Parlamen-

to, só aprovam medidas de interesse dos exploradores nacionais e internacionais. Para arrastar a população atrás de si, os partidos patronais se utilizam do grande poder econômico, da mentira e manipulam o atraso da consciência política da maioria. Eis porque o PT vem ganhando apoio eleitoral cada vez maior.

Os trabalhadores têm esperança de que suas vidas irão melhorar e suas reivindicações irão ser atendidas pelo governo do PT. Entretanto, o programa e a aliança que o PT vem concretizando são tipicamente ca-

pitalistas. Seu objetivo governamental conta com a constituição de um governo de coalizão com os partidos patronais que as massas rejeitam. A aliança PT/PSDB, agora seu principal adversário eleitoral, somente não ocorreu pela rejeição do PSDB. Lula fez de tudo para que fosse selada.

Esta política de conciliação com os partidos que sustentam o Estado opressor e a exploração do povo pelo grande capital indica por si só que o conteúdo de seu programa não toca nos interesses dos exploradores. A idéia de que seu governo





democrático e popular irá fazer reformas graduais e a conta-gotas para aos poucos melhorar a vida dos milhões de famintos é um verdadeiro presente à burguesia, que teme qualquer mudança significativa contra seus negócios.

Não é por acaso que seu programa já não defende a implantação do salário-mínimo real, que hoje estaria por volta de 500 dólares. Frente às pressões do imperialismo, se dispõe a privatizar uma parte das estatais e a pagar a violenta dívida externa. Em relação à terra, prometeu para os latifundiários que não tocará nas chamadas terras produtivas. E a reforma agrária também seria gradual, respeitando a indenização milionária aos capitalistas. Frente aos banqueiros que são os maiores credores dos títulos públi-

cos e parasitam o Estado, promete respeitar a dívida interna. Para o exército, cuja função é de assegurar a ordem capitalista contra os explorados, promete mais verbas.

Estes pontos, por si só, revelam que as bandeiras de distribuição de renda, melhoria dos pequenos produtores agrários, saúde, educação etc. são demagógicas. À grande maioria mergulhada na miséria não deve interessar continuar carregando em suas costas os exploradores enriquecidos, que não passam de uma minoria de 5% a 10% da população. E em troca receber algumas migalhas do Governo Democrático e Popular de Lula.

O nosso objetivo é o de destruir o capitalismo e estabelecer o socialismo, única forma real de pôr fim à miséria e à opressão do homem so-

bre o homem, e não de remendá-lo. O PT tem apoio de uma camada significativa de operários, camponeses, estudantes e outros oprimidos, mas caminha por utilizá-lo para a preservação do capitalismo. Perante os trabalhadores que confiam no PT e de sua base militante honesta chamamos que rompa com a burguesia e que adote um programa de combate anticapitalista e anti-imperialista, não colocando as eleições como primordial mas sim a organização das lutas diretas das massas na cidade e no campo.

NACIONAL

## Defendamos um programa revolucionário

1- Pela imediata erradicação da fome e miséria da maioria explorada.

- Implantação do salário mínimo real de 500 dólares
- Reposição de todas as perdas salariais
- Adoção da escala móvel de rajuste salarial
- Fim das demissões e implantação da estabilidade para todos os trabalhadores
- Redução da jornada inicial para 6 horas, sem perdas salariais, objetivando implantar a escala móvel das horas de trabalho, para que todos trabalhem
- Fim do trabalho do menor e redução da jornada para 4 horas para o adolescente

2- Destruição dos latifúndios e entregas das terras aos camponeses pobres

- Reforma Agrária sob o controle dos camponeses
- Confisco sem indenização e nacionalização de toda propriedade latifundiária
- Expropriação da agroindústria e do grande comércio, colocados sob o controle dos proletários agrícolas e aliança com os camponeses
- Formação de comitês agrários de autodefesa contra a reação

3- Fim do parasitismo financeiro e da exploração industrial

- Não pagamento da dívida externa com os banqueiros e grandes aplicadores (agiotas)
- Estatização dos bancos e formação de um sistema único financeiro voltado para a produção e para as necessidades dos pequenos produtores agrícolas
- Expropriação do grande capital, implantando o controle operário da produção

4- Romper com a opressão nacional e controle imperialista

- Não pagamento da criminosa dívida externa
- Nacionalização de todas as multinacionais, estatizando-as sem indenização
- Fim de toda opressão nacional e autodeterminação dos povos

5- Defesa da estratégia do governo operário e camponês

- Destruição do estado capitalista opressor e implantação da ditadura proletária contra a minoria capitalista

- Organização estatal e econômica sob a mais rigorosa soberania dos explorados, ou seja, da democracia proletária

- Armamento do povo contra o poder militar dos exploradores

6- Luta internacional pela libertação de todos os povos da opressão imperialista e do capitalismo

- Direito real a autodeterminação
- Fim das intervenções bélicas do imperialismo
- Fim da exploração das potências sobre os países mais débeis

- Expulsão da burocracia estatilista restauracionista e defesa das conquistas do proletariado mundial na Rússia, China, etc

- Organização mundial da classe operária contra a ordem capitalista imperialista

7- Que o PT rompa com toda aliança burguesa e se coloque por organizar os movimentos

- Este não é um programa para se fazer promessas eleitorais, mas para organizar a maioria oprimida, sob a direção da classe operária, para destruir a fonte de miséria, doenças, prostituição, marginalização etc, que é a exploração capitalista do trabalho. Este é um programa de luta de classes e não de conciliação. A unidade proposta é a operária e a camponesa, de todos os oprimidos, e não a aliança com PDT, PSB e futuramente com o próprio PSDB. A força das transformações está no proletariado e demais oprimidos e não no parlamento ou governo burguês reformista.





# Frente Revolucionária realiza encontro

No último dia 1º de abril ocorreu o Encontro Nacional da Frente Revolucionária. Foram discutidos a Conjuntura Nacional e Internacional, a

resolução sobre eleições, a resolução sobre o Congresso da CUT e questões organizativas.

No ponto conjuntura, discutiu-se como tem se desenvolvido a crise mundial capitalista, que repercute sobre as massas com agravamento da miséria e desemprego, que ataca as economias destruindo parte das forças produtivas e que manifesta-se nas crises de regime nos países de todo o planeta. A democracia burguesa sofre com a divisão e o aumento do choque entre as frações capitalistas e suas instituições políticas afundam: os partidos se dividem e esfacelam-se, os escândalos de corrupção vêm à tona todos os dias, os governos entram em crise, vão ganhando força as correntes fascizantes. Diante do agravamento de suas condições de vida, as massas saem às ruas para lutar pelas condições mais elementares de subsistência. Entretanto, não contam na maioria dos casos com uma direção revolucionária que oriente a luta no sentido do confronto classista e da destruição da ditadura de classe burguesa. A burguesia, dividida, não consegue utilizar plenamente os instrumentos da democracia formal para conter as arremetidas das massas. A falência dos partidos burgueses tradicionais abre o caminho para que ganhem terreno os defensores do acirramento da repressão. As tendências golpistas vão se gestando.

Em geral, verifica-se

uma ofensiva imperialista que se traduz na constituição de blocos protecionistas nos países desenvolvidos, tentativas de submeter econômica e politicamente os estados do leste europeu e recolonização dos países atrasados. As massas reagem, mas não contam com seu partido revolucionário, e são canalizadas ora para apoiarem correntes reformistas ou ex-estalinistas, que se apresentam como alternativas à crise do regime burguês, ora para a direita, não excluindo o apoio aos golpistas.

Na situação brasileira, essa crise se reflete com toda a força: a aplicação do neoliberalismo, que expressa a política ditada pelo imperialismo, é a linha mestra dos governos burgueses. A aplicação dessa linha, porém, tem levado ao acirramento dos conflitos entre as frações burguesas e ao agravamento da crise de regime. A revisão constitucional e o plano econômico FHC materializam a linha de submetimento do país aos ditames do imperialismo. Nada mais são que operações que visam fundamentalmente salvaguardar os interesses do capital financeiro internacional: entregar a exploração de minérios e comunicações às multinacionais e garantir o pagamento dos compromissos das dívidas interna e externa, às custas de aumento de impostos e cortes nos gastos com os serviços sociais públicos. Por fim, arrocha-se brutalmente os salários para garantir os lucros dos burgueses nativos através da superexploração do trabalho.

O papel do reformismo nessa situação é criminoso. Dada a divisão burguesa, estão dadas as condições para avançar a luta de classes a partir da defesa dos interesses imediatos das massas, que se chocam com a política burguesa e do imperialismo. Mas as direções das organizações de massas estão apostando tudo na perspectiva da constituição de um governo de coalizão com setores da burguesia, encabeçado pelo PT, a ser conquistado nas próximas eleições. Caso sejam vitoriosos, colocarão as organizações de massas a sustentarem um governo burguês. E, se não conseguirem controlar o movimento de massas e a crise política, poderão abrir as portas a uma aventura golpista.

Coloca-se para a Frente Revolucionária lutar para que a CUT e as

organizações de massas rompam com o reformismo e chamem uma campanha nacional de luta.

## Frente defenderá o voto nulo

Nas próximas eleições, não haverá nenhuma possibilidade da frente participar com candidaturas próprias. Também não há nenhum partido que possa expressar um confronto das massas contra o governo e a burguesia. Dado que ainda existem muitas ilusões democráticas nas massas, coloca-se a participação da Frente Revolucionária nas eleições, denunciando a democracia burguesa, defendendo a ação direta das massas como a via de solução dos problemas, fazendo a propaganda da política revolucionária do proletariado. Essa intervenção só poderá se dar através da defesa do voto nulo programático.

O POR apresentou na reunião uma proposta que preparava o terreno para o chamamento do voto nulo, através de uma primeira etapa da campanha onde se priorizaria a denúncia do reformismo, através de palavras de ordem e chamamentos para que o PT rompesse com a burguesia, chamasse a luta direta das massas, rompesse com a farsa das CPIs, chamasse os Tribunais Populares, convocasse a CUT a organizar uma campanha nacional de lutas pelas reivindicações mais sentidas das massas etc. Essa tática permitiria alcançar a base do reformismo com nossas propostas e caracterizar concretamente a impossibilidade de apoiar o PT nas eleições, levando à conclusão do voto nulo. Essa posição não foi aprovada e a Frente deliberou por chamar desde já o voto nulo.

## Congressos da CUT

A Frente Revolucionária participará dos congressos da CUT defendendo uma tese comum, que tem fundamentalmente a defesa da política aprovada nos encontros da frente e um balanço da política nefasta do reformismo na central, burocratizando-a e bloqueando seu papel de centralizador e unificador das lutas, arrastando-a para a conciliação de classes. A tese pode ser adquirida diretamente com os militantes da Frente ou pelo correio através deste jornal.





Surto grevista contra o confisco salarial

## Burocracia breca a unidade dos trabalhadores

Tem explodido inúmeras greves em vários segmentos da classe operária e dos explorados. Trata-se de uma reação, que tende a se generalizar, contra o Plano FHC. O mais importante desta retomada grevista foi a presença dos metalúrgicos do ABC, que não admitiram a perda de 27%. Inicialmente, a greve começou nas grandes fábricas e foi se estendendo para as médias. Isto porque a orientação da direção sindical era de greve por fábrica, típica da tática corporativista e burocrática.

Assim que o movimento começou demonstrou ter força para uma grande greve geral em todo setor metalúrgico. Mas esta já nasceu mutilada e limitada pelas negociações por fábrica. De saída a General Motors ofereceu 19%, não aceitos pelos operários. No dia seguinte, a Anfavea já jogava com este índice para as montadoras, que tiveram extraordinários lucros através do acordo nas Câmaras Setoriais, com a conivência da burocracia sindical.

Vicentinho logo aceitou para quebrar rapidamente o movimento, que tendia a se alastrar como greve geral metalúrgica. O retorno ao trabalho de 10 mil operários no dia 15, deixou isolados os metalúrgicos da Mercedes Benz, Scania, que não aceitaram a migalha, e aqueles ligados à indústria de máquinas, aparelhos elétricos e eletrônicos.

Os 19% foi a tábua de salvação da burocracia traidora petista, que não pestanejou em dividir os trabalhadores. As reivindicações de redução da jornada para 40 horas, comissão de fábrica etc. simplesmente foram desconsideradas. Esta prática sindical de reduzir a força coletiva das greves é responsável pelo avanço da exploração e miséria das massas. Não é por outro motivo que a CUT inviabilizou a greve geral contrária ao Plano de Fernando Henrique Cardoso, em conivência com o sindicalismo de resultado (pelego-burguês) da Força Sindical.

É necessário que os metalúrgicos iniciem a construção de uma fração revolucionária para vencer os burocratas reformistas e pró-capitalistas da direção do sindicato. Enquanto o reformismo dominar as organizações operárias não será possível a unidade e a coesão grevista dos trabalhadores para quebrar o poder de exploração dos grevistas e rechaçar os Planos anti-populares do Governo.

### Greves contra demissões

A fábrica de autopeças Picoli teve suas atividades paralisadas assim que o patrão demitiu 10 operários por justa causa. A razão real da demissão foi o fato de denunciarem o desconto quinzenal em URV, bem

maior do que seria em cruzeiros. Esta safadeza vem ocorrendo amplamente. Diante da greve, o capitalista voltou atrás e reintegrou os demitidos.

Também a Schunk de Osasco ficou três dias em greve contra a demissão de 17 trabalhadores da limpeza e vigilância. O problema é que, neste caso os burocratas sindicais, não orientaram a greve para a readmissão, mas sim para a velha esmola da indenização. Mesmo assim, os que não foram demitidos obtiveram 30 dias de estabilidade, o que não resolve muito.

Estas lutas mostram que é preciso unir os empregados e desempregados num amplo movimento pela redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem perdas salariais. A defesa da fonte de sustento dos assalariados deve ser sagrada.

## Demissões na CMTC privatizada

É hora de reagir

A entrega da CMTC nas mãos da iniciativa privada é mais uma política de sucateamento dos serviços públicos, um dever do Estado. A participação do transporte público no orçamento caiu de 14,97% em 93 para 6,3% em 94.

Essa privatização não passa de uma subordinação do município aos interesses capitalistas, uma vez que houve a concessão de equipamentos da Prefeitura (linha de ônibus e garagens) e ainda gastos com

subsídios da ordem de CR\$ 252 milhões por dia às empresas particulares. A demissão foi em massa (27 mil funcionários). Representantes dos trabalhadores, direção dos sindicatos, CIPA e comissões de garagens continuam desempregados e ameaçados pela justiça por não terem aceitado o acordo oferecido: 60% da estabilidade e os direitos trabalhistas. Não chega a 40% o número de funcionários absorvidos pelos particulares, que além disso pagam um salário

menor do que esses recebiam. Nem a CMTC nem as particulares resolverão a situação dos desempregados se não houver uma mobilização geral contra o desemprego - o direito ao trabalho a todos e esta-tização para todos os órgãos de serviços à comunidade.

Movimento Operário





## A privatização da Saúde

# Maluf ataca a Saúde Pública

**Denúncia**

A iniciativa do Secretário da Saúde Municipal de São Paulo de entregar o hospital de Campo Limpo para a administração da Associação Paulista de Medicina (APM) é um passo descarado rumo à privatização. Depois de seis meses de "experiência", a medida será estendida a toda rede hospitalar municipal. É claro que em seguida o estado fará o mesmo. É para privatizar a saúde e a educação que o governo federal vem implantando a chamada descentralização, ou municipalização. O Estado, seguindo as exi-

gências do FMI, Bird etc, pretende se desfazer ao máximo possível dos encargos sociais, favorecendo a mercantilização da saúde e ensino.

Nem bem a APM se incubiu do hospital e já iniciou a "tercerização", nome dado à exploração privada do hospital. Uma das metas iniciais é de reduzir de sete funcionários por paciente para 3, segundo a declaração do presidente da APM. Isto quer dizer obrigar os médicos, enfermeiros e funcionários trabalharem mais, reduzindo a falta de pagamento. É a lei do lucro.

Para pagar às empresas privadas que cuidarão do hospital é necessário explorar o máximo o trabalho. Logo mais, os serviços serão cobrados a preço de ouro e o município continuará a subsidiar os lucros dos capitalistas da saúde.

Em resposta, já começaram as mobilizações. É necessário ampliá-las, colocando-as dentro da luta geral pelo fim de todo sistema de saúde privado, pela estatização sem indenização de hospitais particulares e convênios e estruturação do sistema único de saúde público e gratuito da saúde.

O que ocorre com o hospital de Campo Limpo é apenas uma peça do amplo problema do sucateamento da saúde pública, que vem favorecendo a mercantilização. A maioria trabalhadora não tem acesso mínimo aos hospitais. E os remédios, controlados pelas multinacionais, estão proibitivos devido aos preços exorbitantes, num país em que a maioria da população recebe de menos de 1 a 3 salários mínimos.

## País de desdentados

O título dessa matéria parece sensacionalismo, mas é a pura verdade. Somente 10% da população, os ricos e remediados, podem tratar os dentes. Eis porque a maioria das crianças perdem os dentes prematuramente com as cáries. Segundo a Coordenação de Saúde Bucal, em le-

vantamento realizado, as crianças até 12 anos tem uma incidência de cárie (média de 7 cárie de dentes permanentes) três vezes maior que o restante do mundo. Somente 30% são restaurados, os restantes torturam as crianças de dor, se perdem e facilitam as doenças bucais.

O país de desdentados é o espelho do massacre das condições de vida das massas oprimidas. São estes trabalhadores sacrificados desde tenra idade que irão destruir e

sepultar o capitalismo através da revolução proletária. O ponto de partida é criar um amplo movimento pela saúde das massas, organizado desde as fábricas, escolas e bairros. Sem um salário mínimo de 500 dólares, reposição das perdas, emprego a todos e escala móvel de reajuste não é possível enfrentar os problemas de saúde. Faz parte desta luta a estatização do sistema de saúde, inclusive dos serviços dentários.

## Movimento sem terra avança

As lideranças do MST prometem avançar as ocupações de terra, aproveitando a situação eleitoral. Momento em que se torna mais difícil a repressão e o movimento recebe todo tipo de apoio verbal dos politiquieiros. A tática de utilização de situações propícias é correta. O que não se deve fazer é utilizar as lutas

dos sem-terras para reforçar eleitoralmente o reformismo e favorecer a demagogia burguesa dos oportunistas.

Uma grande ofensiva dos camponeses encontrará fortes resistências nos latifundiários, jagunços e governo. Somente em tese o período eleitoral servirá de tampão contra a repressão. Se a luta se agudizar, a propriedade latifundiária será defendida em primeiro plano pela burguesia, que acionará o poder do Estado.

O princípio dos trabalhadores é de confiar em suas próprias forças, formando os comitês de auto-defesa, os comitês de solidariedade externa e lançando o chamado à aliança operária e camponesa. Todo apoio às ocupações do MST. Nenhum apoio ao eleitoralismo e às promessas de campanha.

**Ato de denúncia contra a execução de Teixeira**

O Movimento dos Sem-Terra





(MST) realizou no dia 13 de março um ato, seguido de passeata até a fazenda Santana (Município de Campo Bonito, Paraná) para denunciar o assassinato do líder camponês Diniz Bento da Silva, o Teixeira, pelas forças policiais. Isto ocorreu em 8 de março de 1993, em virtude da morte de três agentes policiais infiltrados na ocupação, abatidos pelos camponeses.

Além do assassinato de Teixeira, a polícia torturou barbaramente sete camponeses, também acusados da morte dos agentes. Esses acontecimentos da luta de classes devem nos servir de lição, para constituirmos os comitês contra a opressão social e política por todo país. Não se pode confiar nas investigações policiais sobre a execução e tortura de camponeses. O mesmo dizemos em relação aos organismos estatais de direitos humanos.

É através de organizações próprias, capacidade de mobilização de massa e autodefesa que os oprimidos responderão à repressão policial. Pela entrega das terras aos camponeses! Pela punição dos assassinos de Tei-

xeirinha! Pela autodefesa!

## O problema da terra e a reforma agrária

O MST tem obtido algumas importantes vitórias, como o assentamento de Ticana (Ceará), Santana e Lagoa Nova (Aracaju), Fazenda São Bento (São Paulo), Fazenda São Luís (Mato Grosso do Sul), etc. A experiência tem demonstrado que o método da ação direta, a ocupação e resistência, é a força dos camponeses pobres. Os lavradores não só têm ocupado terras como o INCRA, prefeituras etc., utilizadas como meio de pressão política sobre o governo.

O problema do MST é que sua direção procura utilizar a ação direta apenas como pressão sobre o Estado, para que este realize a reforma agrária em terras públicas ou consideradas improdutivas. Desta forma, a política dos assentamentos não objetiva a destruição dos latifúndios, sem a qual a reforma agrária não passa de pequenos remendos para apaziguar a revolta dos camponeses

sem terra e que se proletarizam.

Enquanto os assentamentos resolvem mal e mal a situação de uma pequena parcela de sem-terra, outros milhões vivem à míngua. É certo que a luta tem de começar por alguma parte e avançar de acordo com a correlação de forças da situação, porém a estratégia de destruir o latifúndio pela revolução agrária é decisiva. E esta se dará no interior da revolução proletária.

A política de atribuir ao Estado burguês a tarefa da reforma agrária, respeitando a distinção latifúndio produtivo e improdutivo, é conduzir as conquistas obtidas para um beco sem saída. É necessário iniciar a construção da aliança operária e camponesa, que em um plano de luta único os trabalhadores da cidade e do campo.

Internacional



## História do movimento operário

No Massas 67, transcrevemos uma parte da história do movimento operário na construção civil. Em reunião, no dia 18 de 1917, se reorganizou a extinta União Geral da Construção Civil. Depois de 4 meses (junho) um acidente terrível sepultou 43 operários que trabalhavam na obra do New York Hotel. Depois da campanha em defesa das vítimas, estourou a greve da Construção Civil. Reproduzimos a continuidade:

"Ainda não refeitos da grande catástrofe que a todos apiedou, os trabalhadores de São Paulo são forçados a se declarar em greve geral na defesa do direito à vida sonogado pela ganância do patronato paulista, tendo este movimento repercutido imediatamente nesta Capital, e assim é que tendo algumas co-irmãs se declarado em greve, a 22 de julho numa assembléia geral memorável a Construção Civil declarava-se em greve geral para todas as classes suas componentes reclamando o seguinte dos industriais da construção:

1º - Adoção da jornada de 8 horas de trabalho normal principiando a jornada às 7 horas e terminando às

16 horas com 1 hora para almoço, sendo aos sábados e feriados terminarem às 15, e domingo às 14. Na mesma reunião ficou também deliberado que o prazo máximo para pagamento da fêria aos operários seja de 15 dias, não excedendo do dia 17 e 2 de cada mês.

2º - Fixação do salário mínimo em 8\$000, para todos os oficiais dos diversos ofícios de que se compõe esta associação, e 5\$000 para os serventes, e 4\$000 para os aprendizes menores de 18 anos, e maiores de 14 anos.

3º - Em caso de acidentes no trabalho, o operário terá direito ao seu salário integral durante o tratamento, assim como as despesas resultantes do mesmo.

4º - As horas extraordinárias serão pagas em dobro.

5º - Abolição completa do trabalho dos menores de 14 anos e analfabetos, nas fábricas, obras e oficinas.

6º - Melhoramentos das condições higiênicas nas oficinas e habitações coletivas.

7º - Exclusão completa, no que concerne ao mister de outro ofício

ou profissão.

8º - Em caso de faltas de operários de que se compõe esta associação, só podem admitir os que a esta união sejam filiados.

9º - Proibição terminante de trabalhos executados em máquinas, por operários estranhos ao serviço das mesmas.

10º - Readmissão completa de todos os operários em greve sem exclusão de nenhum.

Cientes como estais das nossas justas reclamações, compete-nos declarar-vos que não retornaremos o trabalho, enquanto não forem as mesmas atendidas.

Esperamos, portanto, com brevidade as vossas ordens.

Rio, 23 de julho de 1917."

Movimento Operário



## A Constituinte Fraudulenta

**Internacional**

A expressiva votação na Frente Grande representou um importante deslocamento das massas em relação ao partido justicialista (peronista) e a União Cívica Radical, principalmente em Buenos Aires e Neuquén. O Comitê Construtor do POR, pertencente ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, prognosticou: "Nas próximas eleições de constituintes, a Frente Grande seguramente progredirá eleitoralmente, ocupando o 'espaço progressista opositor', para usar o idioma açucarado destes reformistas".



Em sua análise, demonstrou que a Frente Grande, formada de estalinistas, justicialistas e democratas burgueses, iria canalizar a

atenção com o discurso "contra o pacto de Olivo", selado entre Menem e Alfonsim para impor mudanças constitucionais, que permitam a reeleição de Menem e o continuísmo da política econômica pró-imperialista (nisto os peronistas e a UCR estão totalmente de acordo). E acusa a Frente Grande de ocultar suas posições pró-capitalistas das massas e de seus deputados terem votado a intervenção em Santiago de Estero, onde ocorreu um levante dos funcionários públicos contra o atraso dos salários. Significa que uma parcela dos explorados se deslocou dos partidos burgueses tradicionais, porém para um variante da política pequeno-burguesa, em última instância, burguesa.

Dado o avanço da crise econômica e o corrosivo Plano Cavallo e a corrupção governamental os trabalhadores logo se chocarão mais abertamente contra toda esta política, que muito bem se revelou na fraude da Constituinte, previamente decidida pelo pacto de Olivo. As greves operárias tendem a se

radicalizar e movimentos como de Santiago de Estero explodirão.

O papel vergonhoso ficou com a Frente de Esquerda Socialista eleitoreira (FIS), formada pelo MST, PO e MAS. Os altamiristas do Partido Operário (Causa Operária no Brasil), seguiram na cola dos movimentos do MAS-MST, aqui identificados pela Convergência Socialista. Estas organizações construíram uma frente eleitoreira oportunista, alimentando ilusões na farsa montada por Menem-Alfonsim em Olivo.

O Comitê Construtor do POR chamou a formar uma frente de luta de massa, baseada nas reivindicações elementares, antiimperialistas e anticapitalistas. No próximo período, esta linha revolucionária ganhará importância para as massas. Trata-se de continuar defendendo a fundo as condições de vida dos trabalhadores, opôndo-se ao poder Menem-Alfonsim e desmascarando os eleitores de esquerda.

(No próximo Massas, reproduziremos as críticas de nossa organização argentina).

Posição do Comitê Construtor do POR argentino sobre as eleições constituintes, publicada na capa do jornal Masas.

**Não se aguenta mais!!!**

**Somente a ação direta das massas poderá resolver todos as nossas reivindicações**

**Preparemos assembléias de base onde possamos discutir nossas reivindicações de salário, fontes de trabalho, educação e saúde.**

**Preparemos uma grande resistência nacional aos planos da burguesia com os métodos do Santiagaço, como parte da preparação da greve geral até impor nossas reivindicações,**

**Para isso é indispensável expulsar a burocracia traidora e pôr em pé uma direção revolucionária nos sindicatos.**

**Não necessitamos de constituintes corruptos e imbecis, esses expressarão novamente um transtorno para os trabalhadores.**



# Aumentam as pressões americanas contra a Coreia do Norte

Os Estados Unidos estão enviando mísseis e aumentando o número de seus soldados em território da Coreia do Sul. Prepara-se para atacar militarmente a Coreia do Norte, com a alegação de que esta se nega a submeter-se a uma inspeção internacional a suas instalações nucleares. O governo americano pressiona a China e a Rússia para que convençam os nortecoreanos a se submeterem, ou que não intervenham no conflito no caso de guerra.

A Coreia do Norte tem condições para produzir bombas atômicas. Os americanos temem que a produção de bombas atômicas nos países atrasados dificulte o controle mundial das potências e os leve a uma posição de confronto com o imperialismo. Assim, impõem na Organização das Nações Unidas resoluções e mais resoluções de não proliferação de armas nucleares, e

estabelecem que o monopólio da sua fabricação e armazenamento pertence apenas a meia dúzia de países, não por coincidência, os imperialistas. Um exemplo disso é o fato das denúncias de que o Japão já tem suas bombas atômicas ser completamente desconsiderado.

O aumento da opressão nacional em todo o mundo faz parte da estratégia imperialista de enfrentamento da crise econômica através da imposição da recolonização aos países atrasados. O armamento desses países os torna menos vulneráveis às imposições americanas. Por isso os EUA têm combatido a fabricação de bombas nos países semicoloniais através da máscara da fiscalização internacional da ONU.

A luta do proletariado contra a exploração capitalista assume um caráter internacional pelas pró-

prias condições impostas pela transformação do capitalismo em imperialismo. Não se trata apenas da luta do proletariado de um país contra a burguesia de seu país, mas do proletariado mundial contra o imperialismo. Por isso, tomamos posição ao lado da Coreia do Norte contra a intervenção imperialista. Defendemos a autodeterminação como parte da luta anticapitalista.

- Fora o imperialismo da Coreia do Norte!

- Que os nortecoreanos possam decidir livremente sobre se querem ou não fabricar bombas nucleares.

Internacional



## Espanha:

### O êxito da greve geral de janeiro

A passada greve geral de 27 de janeiro teve um importante êxito de convocatória: parou o setor industrial, o magistério, grande parte dos serviços etc.; assim como regiões inteiras (Asturias, País Basco, Galícia). Não se alcançou as cifras de 14 de dezembro de 1988, que chegaram a quase 100% do país, mas foi politicamente muito mais importante, pois foi necessário superar uma feroz campanha contrária do governo, dos patrões, meios de comunicação e tudo o que arrastam, além de ocorrer em um contexto muito difícil, com as cifras de desemprego sobre população ativa mais altas da Europa.

O motivo direto da convocatória foi o projeto do PSOE (Partido Socialista espanhol, atualmente no governo) de reforma da legislação trabalhista, nos moldes da corrente que varre toda a Europa de acabar com o chamado "Estado de bem-estar", que por outro lado, neste país, por nossa particular história, apenas conhecemos, e que, em outras palavras, é um profundo ataque às condições de vida e desmonte do pacto social que a grosso modo assegurou uma relativa paz social no continente desde o pós-guerra.

Outro dado importante é o divórcio entre as ruas e o parlamento. A coalizão liderada pelo PCE (Esquerda Unida) e uma parte dos nacionalistas tagarelas apresentaram previamente à greve uma

emenda que foi rechaçada por 90%.

As reuniões posteriores de Felipe Gonzalez com os representantes sindicais foram um absoluto fracasso e as lutas se trasladaram para a negociação dos convênios de fábrica. Aqui o problema é que os sindicatos estão muito debilitados por sua política anterior à paralisação, que é galopante. Além disso, há outros problemas: os sindicatos, diante da debilidade dos partidos, estão ocupando um papel muito peculiar, fazendo quase as funções partidárias, mas com o problema congênito de sua própria natureza. A situação de UGT, o sindicato social-democrata, é crítica: está sob a pressão do escândalo de um projeto de construção de casas sociais que lançou para imitar o modelo alemão de sindicatos de serviços e com ele pretendia buscar uma frente de financiamento, pois sua ruptura com o PSOE lhe havia secado as fontes. Além disso, vai realizar seu congresso em abril, quando se decidirá o sucessor de Nicolas Redondo, e a pressão do PSOE para recuperar o controle é bestial. Tudo isso tem permitido que seja o sindicato estalinista, Comissões Operárias, quem tenha capitalizado o prestígio da greve geral.

Traduzido da Revista Revolução Proletária nº 2/3, do Comitê de Enlace.



## Lançado Nº 2/3 da revista **Revolução Proletária**, do Comitê de Enlace

O segundo número da revista do Comitê de Enlace traz artigos sobre a situação no Brasil, Bolívia, México, Espanha e Argentina.

Dois artigos falam sobre as classes sociais no Brasil e a crise de Estado. Destaca-se o desenvolvimento da crise do regime político no país desde a crise do regime militar até hoje. Assinala-se o agravamento da crise no momento atual e a tendência da situação caminhar para uma crise

de características revolucionárias, porém não há o partido revolucionário, o que pode levar as massas a um beco sem saída e o país ao golpismo. No artigo sobre as classes sociais se sublinha a formação, as características e o papel das principais classes: da burguesia submissa ao imperialismo e contra-revolucionária; e do proletariado, do campesinato e da pequena burguesia empobrecida na luta de classes no país.

Um conjunto de artigos de grande importância mostra o fenômeno boliviano da formação de uma tendência revolucionária no interior

das forças armadas, que tem assumido posições próprias da política trotsquista defendida pelo POR há mais de 50 anos no país. Trata-se de um passo importante do proletariado daquele país no sentido de anular a vantagem militar da burguesia em relação às massas.

Há um artigo de Guillermo Lora que analisa as causas e consequências dos acontecimentos envolvendo a guerrilha zapatista recentemente no México. E uma matéria do Grupo Espanhol pela IV Internacional que explica a crise européia a partir da crise do capitalismo imperialista, na forma da crise de superprodução.

### **Surgimento de tendência revolucionária nas Forças Armadas assusta burguesia boliviana**

Reproduzimos abaixo trecho de artigo de Guillermo Lora extraído da revista **Revolução Proletária** nº 2/3, órgão do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, sobre a polêmica a respeito da existência e natureza de "Vivo Rojo", corrente militar com influência trotsquista presente no interior do exército boliviano.

Em dezembro de 1993 e em janeiro deste ano, os muros de várias cidades do país amanheceram cobertos de pizações assinadas por "Vivo Rojo". Um dos painéis dizia: "Operários, camponeses e soldados ao poder" e ao pé se lia "Vivo Rojo" em meio a um círculo (conforme jornal *La Patria*, Oruro, 28 de dezembro de 1993).

A reação do Alto Comando das Forças Armadas, da Polícia, do Ministério de Governo e dos meios de comunicação em geral foi imediata. Uns afirmavam que "Vivo Rojo" não existia, outros que não era mais

que um rótulo criado pelo POR, enfim, alguns declararam que tinha vida real e que atuava já há algum tempo e que somente assim se explicava que o periódico da Tendência Revolucionária pudesse revelar não poucos segredos dos organismos de direção da instituição castrense. Unicamente a embaixada norte-americana, que montou um impressionante aparato de inteligência, guardou discreto silêncio.

Quase todos assinalaram que se tratava de um fenômeno trotsquista e, por isso mesmo, sumamente estranho. A verdade é que estava à vista, palpável, uma corrente castrense (especial porque envolvia a oficiais de diversas graduações) de orientação marxista-leninista-trotsquista.

A surpresa dos "esquerdistas" era explicável: não estudaram concretamente a natureza das Forças Armadas bolivianas e se movem sobre a base de generalizações, repetindo consignas forjadas para outros países, particularmente para os europeus. Esqueceram-se que o marxista atua sobre a realidade para transformá-la e que nessa prática revolucionária se transforma a si mesmo. Não existe outra forma de participar no processo revolucionário.

A resposta mais surpreendente foi a dos revisionistas do marxismo-leninista-trotsquista e que internacionalmente ostentam o rótulo de

LIT (o morenismo). Esses senhores não duvidaram em assinalar que correspondia permanecer fiéis (ou repetir mecanicamente algumas de suas conclusões) aos clássicos e que tanto insistem na necessidade de destruir ao exército burguês. "Vivo Rojo" também sustenta que a atual instituição castrense, envelhecida e corrupta, deve ser substituída por outra. Deve levar-se em consideração que estão presentes oficiais jovens e honestos, ganhos ideologicamente pelo marxismo vivo.

Não pode haver a menor dúvida que o escândalo ocasionado pelos murais pintados desencadeou a perseguição e repressão dos militantes da Tendência Revolucionária das Forças Armadas. Tudo fazer supor que a caça às bruxas se frustrou. Não houve vítimas. Há que concluir que "Vivo Rojo" conseguiu submergir-se no seio da massa uniformizada, que de tempo em tempo exterioriza seu pensamento identificado com o marxismo.

Estamos obrigados, os revolucionários, a solidarizar-nos com "Vivo Rojo" e contribuir para seu fortalecimento. Sua existência demonstra que na Bolívia, por suas particularidades, dá-se um grande salto na solução do problema do armamento das massas.

